

Communitas: a Organicidade das Ecovilas em Questão - Um Estudo de Caso

MATHEUS OLIVEIRA MACHADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

FABIO BITTENCOURT MEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Agradecimento à órgão de fomento:

CAPES pela bolsa de estudo no PPGA UFRGS

COMMUNITAS: A ORGANICIDADE DAS ECOVILAS EM QUESTÃO – UM ESTUDO DE CASO

RESUMO

Este artigo situa as Ecovilas como tipo de organização alternativa que configuram uma orientação em torno de práticas sustentáveis baseadas em princípios ecológicos. A autopoisição caracteristicamente conflituosa na relação com a sociedade define um tipo de reprodução por meio de enclaves ecológicos, caracterizados por uma condição intersticial liminar. Os conceitos *liminaridade* e *communitas* são orientados pelo objetivo de compreender a organicidade dos enclaves chamados ‘Ecovilas’. *Communitas* será utilizado como conceito guarda-chuva para definir o tipo de vínculo emergente desta condição *sui generis*. Esta pesquisa pretende abordar a liminaridade como dispositivo político, partindo de uma concepção ontológica negativa extraída da Filosofia Política contemporânea que propõe o ‘interstício’ como espaço de luta e resistência contra as crescentes investidas de apropriação e controle biopolítico da vida. Estas proposições da filosofia política contemporânea serão cotejadas com um fenômeno empírico por meio de um estudo de caso de uma Ecovila, buscando evidenciar os modos pelos quais a instauração de uma ordem normativa rígida é ativamente evitada, na conformação de uma *communitas*. A observação evidenciou menos a apropriação de uma nova identidade do que a contínua negação e desvinculação de identidades convencionadas, num processo experienciado singularmente. Esta identificação do que não se *é* assume imediata relação com um “não fazer”, que parece ter precedência em relação às possibilidades de positivação de um projeto de recuperação ecológica.

INTRODUÇÃO

Organizações alternativas existem dentro da ordem social dominante, ainda que a esta se oponham ou resistam. Dado que esta rejeição é, nesse caso, uma negação em termos, é necessário inventar práticas e rotinas para performar formas de vida e subjetividades estranhas à cultura dominante, além de prefigurar comunidades humanas ainda não existentes. Pressupõe-se que os indivíduos que as integram seriam potencialmente capazes de manter uma cultura de oposição, protegendo-se por meio de uma filosofia de *praxis* fluida, não-dogmática e dinâmica (FARIAS, 2017, p. 789).

Este artigo tem a intenção de situar as Ecovilas como um tipo de organização alternativa. Trata-se de fenômeno relativamente recente, sob a forma de uma *praxis* organizacional e política intencional declarada de regeneração do equilíbrio e harmonia entre o social e o natural. Longe do barulho das mobilizações, as Ecovilas configuram silenciosamente uma orientação em torno de práticas sustentáveis baseadas em princípios ecológicos. Esta autopoisição caracteristicamente conflituosa na relação com a sociedade define, além de uma declarada intenção de transformá-la, um tipo de reprodução por meio de enclaves ecológicos, caracterizados por uma condição intersticial liminar.

Em sociedades tradicionais, *liminar* relaciona-se a experiências rituais de passagens entre estados ou estratos sociais estruturalmente predefinidos (TURNER, 1977). Ritos de passagem definidos em três etapas de uma transição: “... ritos preliminares de *separação* do mundo anterior, ritos introdutórios realizados durante a etapa *liminal* ou *marginal*, e ritos pós-liminares de *agregação* no novo mundo.” (VAN GENNEP, 1981 [1908], p. 30).

Em tais processos, a *margem* se torna, paradoxalmente, o centro: o interstício ambíguo de permanência dos neófitos submetidos ao rito. Esta condição imprecisa *fora-e-dentro* de uma dada estrutura social, este ínterim é o que define a *liminaridade*.

Observações de Victor W. Turner (1969) identificaram a formação de fortes vínculos entre neófitos. Daí a designação *communitas* para referir a organicidade do interstício liminar. Nos termos de Turner (1969), a *communitas* caracteriza um *domínio anti-estrutural* estranho à ordem social institucionalizada, entretanto, claramente definido como um espaço intersubjetivo da condição liminar. Como fenômeno social contemporâneo, a liminaridade pode ser observada em festas, na vida religiosa monástica e em certas comunidades que podemos chamar genericamente de alternativas. Turner (1977) chama atenção para o fato de manifestar-se em catástrofes e crises sociais, quando a sociedade parece ela mesma se deslocar. Como que invertendo o rito de passagem, o autor enfatiza os contextos específicos de transição em que a sociedade se movimenta. Turner (1977; 1987) cunhou o termo *liminóide*, designando assim os episódios contemporâneos de eclosão anti-estrutural: liminóides são fenômenos análogos à forma liminar, coetâneos da modernidade.

Neste artigo, os conceitos *liminaridade*, *liminóide* e *communitas* são orientados pelo objetivo de compreender a organicidade dos enclaves chamados ‘Ecovilas’. *Communitas* será utilizado como conceito guarda-chuva para definir o tipo de vínculo emergente desta condição *sui generis* – liminaridade, marginalidade e inferioridade têm a carga ontológica do interstício, do marginal e do inferior (TURNER, 1974a). Esta forma de vida produz uma indiferença de distinções de grau, idade, parentesco e, até mesmo de sexo, em certos grupos de culto pagão. Mas, sua existência tende a ser efêmera, a *communitas* espontânea ou existencial não tem forma duradoura, “ao contrário, espera-se que surja nos intervalos entre os encargos das posições e condições sociais, naquilo que se costuma conhecer como ‘os interstícios da estrutura social’” (TURNER, 1974a, p. 168).

O conceito de sociedade se transforma quando entendemos a centralidade da condição liminar. Van Gennep (1981) sugere uma espécie de refração ao qualificar os diferentes estados sociais institucionalizados como preliminares e pós-liminares. O centro é ocupado agora por uma “anti-estrutura” social (TURNER, 1967, 1974a). O ponto de vista estrutural torna-se marginal, e a liminaridade torna-se o ponto arquimediano a partir do qual todo desenvolvimento estrutural potencial se constitui. A transformação social parece ter uma dinâmica vinculada à liminaridade, que além de ser vista “como negação de toda asserção estrutural positiva” é “em certo sentido, a fonte de todas elas; e, mais que isso, o domínio da pura possibilidade onde novas configurações de ideias e relações podem emergir.” (TURNER, 1967, p. 97). Esta reversão redefine o marco zero do cálculo sociocultural, situando liminaridade e *communitas* no ponto de partida do que é e não é possível a um grupo social, quando deseja avaliar sua situação atual ou seu porvir num futuro calculado (TURNER, 1974a, p. 6).

As Ecovilas definem comunidades intencionais, e são frequentemente lembradas por sua capacidade de constituir uma nova ordem social, ao prover um modelo político universal, que toma por base projetos políticos essencialmente normativos (FOTOPOULOS, 2000 e 2002; TREINER, 2000 e 2002). Esta pesquisa pretende abordar a liminaridade como dispositivo político, movido pelas obras de autores da filosofia ética e política contemporânea como: Giorgio Agamben (2013), Maurice Blanchot (2013), Jean-Luc Nancy (2016) e Roberto Esposito (2010). Partindo de uma concepção ontológica negativa,

inessencial, esses autores propõem o ‘interstício’ como espaço de luta e resistência contra as crescentes investidas de apropriação e controle biopolítico da vida, mas, ao mesmo tempo, como criador das condições para efetivar formas de convivência que não suprimam a alteridade constitutiva do ser.

A dificuldade teórica da proposição da *communitas* na Antropologia de Turner (1969), deve-se à impossibilidade de imaginar um vínculo social lá onde todos os vínculos sociais foram suspensos – o autor tenta contornar a dificuldade apelando para a ideia de seres humanos idiossincráticos. Porém, a indiferença que define a condição liminar cancela a apropriação de predicados aos neófitos, que se encontram na condição de signos sociais vazios. É exatamente esta infixidez simbólica que os torna aptos a assumirem novos papéis quando reintegrados. O problema de pensar esta *communitas* constituída de seres humanos impróprios, destituídos de propriedade e esvaziados de predicados, foi enfrentado pela Filosofia Política contemporânea que pensa a *communitas* como uma suspensão do laço social.

A anti-estrutura (Turner, 1969) define uma inversão que cancela a carga simbólica de uma dada estrutura social, ainda que de modo efêmero. A deriva simbólica que assim se estabelece, torna impossível a captura dos seres pela rede de símbolos que estrutura a ordem dominante. Esta indeterminação define o potencial transgressor da condição liminar, na exata medida em que rompe o lapso temporal do rito tradicional, e se instala como condição humana de ser à deriva, peregrino, signo sem referente. A *communitas* do não-pertencimento é definida pelo compartilhamento de nada. Esta ontologia negativa pode ser cara à liminaridade, mas é o que nos move neste artigo. Sobre este ponto, permitam-nos uma longa citação de Giorgio Agamben (2013):

*O fato novo da política que vem é que ela não será mais a luta pela conquista ou pelo controle do Estado, mas luta entre o Estado e o não-Estado (a humanidade), disjunção irremediável entre as singularidades quaisquer e a organização estatal. Isso não tem nada a ver com a simples reivindicação do social contra o Estado, que, em anos recentes, encontrou, muitas vezes, expressão nos movimentos de contestação. As singularidades quaisquer não podem formar uma *societas* porque não dispõem de nenhuma identidade para fazer valer, de nenhum laço de pertencimento para ser reconhecido. Em última instância, de fato, o Estado pode reconhecer qualquer reivindicação de identidade que seja – até mesmo (a história das relações entre Estado e terrorismo, no nosso tempo, é a sua eloquente confirmação) a de uma identidade estatal no interior de si mesmo; mas que singularidades façam comunidade sem reivindicar uma identidade, que homens copertencem sem uma condição representável de pertencimento (mesmo que seja na forma de um simples pressuposto) – eis o que o Estado não pode de forma alguma tolerar. Pois o Estado, como mostrou Badiou, não se funda no laço social, do qual seria a expressão, mas na sua dissolução, que ele interdita. (AGAMBEN, 2013, p. 78).*

Na presente pesquisa, estas proposições da filosofia política contemporânea serão cotejadas com o fenômeno empírico buscando evidenciar os modos pelos quais a instauração de uma ordem normativa rígida é ativamente evitada, na conformação de uma *communitas*. Assim, a questão que move este artigo diz respeito à organização das Ecovilas enquanto uma aposta intencional de romper a efemeridade da condição liminar, caracterizando não apenas uma oposição à sociedade, mas a construção efetiva de uma nova ordem. Cabe, portanto, indagar que normatividade estaria em gestação, se a organização dos enclaves se revelar coerente com este objetivo? Mas, sobretudo, cabe pensar a contradição implicada na ideia de uma marginalização autoinduzida produzindo

uma *communitas* para, em seguida, implodi-la generalizando a ordem nova. Numa palavra: ao embarcarmos nas Ecovilas estaríamos destinados ao confinamento dos enclaves ecológicos? Nesse caso, a almejada transformação social não estaria comprometida de saída?

O artigo divide-se em quatro seções, além desta introdução. A próxima seção apresenta a metodologia. Em seguida, apresenta-se uma descrição do caso. A seção de discussão do caso antecede as considerações finais.

METODOLOGIA

Este estudo de caso é tanto instrumental – busca *insights* sobre as possibilidades de compreensão do fenômeno – quanto exploratório – busca chegar a noções de problemas a serem abordados (THOMAS, 2011). A observação concreta de uma Ecovila visa explorar alternativas de interpretação das possibilidades explicativas do fenômeno pela “força do exemplo” (MATTOS, 2011, p. 462), diante da perspectiva teórica proposta.

A observação participante foi realizada na Ecovila (com maiúscula é o termo referência da organização observada, daqui por diante) localizada num município do Rio Grande do Sul. O pesquisador 1 ingressou no Programa de Voluntariado e participou de cursos oferecidos pela Ecovila. O programa tem um período mínimo de 21 dias, para integração no espaço e na rotina que compreende, entre outras coisas, quatro horas de trabalho comunitário, no período da manhã. Quem participa do programa deve pagar valor de R\$ 15,00 por dia, totalizando R\$ 315,00 pelos 21 dias: valor destinado para a cobertura das despesas de hospedagem e alimentação do voluntário. Ao candidatar-se ao voluntariado, o candidato envia um e-mail com informações diversas, além do que está disposto a colaborar e o motivo que o leva a procurar o programa. No primeiro contato, foi informado o interesse na realização de uma pesquisa participante na comunidade. Após a aceitação, foi definido o período de 05 e 26 de março de 2018 para realização do voluntariado.

As metodologias de coleta de dados no campo foram observação participante (ANGROSINO e PÉREZ, 2003), realização de entrevistas com alguns dos membros e notas em caderno de campo. Houve consulta a documentos da Ecovila e coleta de coletados durante a vida na rotina da comunidade. As entrevistas foram conduzidas nos três últimos dias de estadia com a participação de oito dos 20 moradores. A familiaridade com o repertório, funcionamento e organização da comunidade pareceram decisivas para estruturar as entrevistas. Os convites foram feitos de forma casual na convivência comunitária. Além dos moradores, foi entrevistada uma voluntária que participou do programa no período de realização da pesquisa. Ao todo foram nove entrevistas.

Não foram elaborados roteiros prévios, mas questões abertas, pois o objetivo era interrogar os moradores sobre o sentido que atribuíam para o seu fazer e viver na Ecovila. Foram selecionados três tópicos a serem contemplados nas respostas dos moradores, a saber: 1) tensão entre privado e comum; 2) tensão entre dentro e fora da comunidade; 3) tensão entre indivíduo e comunidade. Os entrevistados eram convidados a começar falando sobre: Como se aproximaram da Ecovila? O que despertara seu interesse? Se a vida naquele contexto diferia de outros contextos sociais? Como descreviam a sua relação com os demais? Em cada entrevista as perguntas eram remodeladas de acordo com o que era proposto pelo entrevistado, procurando fazer uma escuta atenta sobre os conflitos que mais

inquietavam a cada um. Todas as entrevistas foram gravadas e obteve-se autorização para a publicação de seu conteúdo.

A ECOVILA

O projeto da Ecovila teve início em 2005, com quatro pessoas. O primeiro mutirão reuniu mais de cinquenta apoiadores e contou com pessoas que haviam participado do “Chamado do Beija-Flor” – encontro mundial de comunidades alternativas que acontecera em 2005, em Goiás. A primeira edificação foi construída a partir de uma pipa de vinho de 100 mil litros, transformada em “casa-mãe” com dois andares e coberta com telhado vivo. Esta pipa tornou-se um símbolo do lugar. Em 2009, no entanto, devido às condições adversas do local, distante dos centros urbanos e de difícil acesso, o projeto foi transferido para uma propriedade num município próximo.

O Instituto Ecovila (Associação e ONG proprietária do novo terreno) foi criado, então, com o objetivo de “ser um ponto de aglutinação de talentos, conhecimentos e vibrações positivas na construção e promoção da vida sustentável” (ECOVILA, 2018). A nova propriedade possui 25 hectares e conta atualmente com 20 moradores, 15 deles constam no contrato social como sócios da Associação. A Ecovila possui membros moradores (sócios efetivos), parcialmente moradores (sócios colaboradores) e não-moradores (visitantes, voluntários, participante dos cursos).

Possui em torno de 30% de autonomia na alimentação. Entre as fontes de energia utilizadas pela comunidade estão lenha, rede elétrica, painéis solares e projeto de micro hidráulica. Recursos financeiros provêm de vivências, visitas, venda de produtos, serviços, e cursos – Permacultura, BioConstrução, Agrofloresta, Ecologia Profunda, Consumo consciente, Vivências do Feminino, Vivências de Autoconhecimento, Comunicação Não-Violenta, Danças, Arte e Cura. Possuem também moeda social própria, chamada Verdinha, administrada pelo Ecobanco da Ecovila.

O arranjo físico conta com instalações de uso comunitário e espaços privativos. No espaço comunitário estão um chalé que funciona como cozinha comunitária, escritório e biblioteca; uma construção circular de alvenaria, onde são servidas as refeições em dia de curso e onde se encontra a lojinha com produtos da comunidade; três *Yurts*¹, sendo um deles utilizado para a realização de reuniões e espaço de recreação (filmes e música), os outros dois são utilizados como casa de ferramentas. Um alojamento coletivo com cinco quartos hospeda quem participa dos cursos e os sócios colaboradores (em processo de integração efetiva). Há cinco pequenos chalés (um quarto, sala, cozinha, banheiro), que pertencem à comunidade, utilizados como residências individuais de alguns sócios. Uma casa construída inteiramente de barro pertence à comunidade, mas também é utilizada como residência privativa de um dos sócios. Há também agroflorestal e áreas privativas e comunitárias de plantio.

A Ecovila possui lotes de terrenos à venda, para uso particular. Um terreno na comunidade custa em torno de R\$ 16.000,00. A compra é permitida apenas aos sócios efetivos que devem seguir as normas de construção da comunidade e não podem repassá-las hereditariamente. Apenas dois sócios já construíram suas próprias moradias, e outras duas

¹ Abrigo ou cabana circular utilizada por nômades mongóis e de outros povos da Ásia Central. Possui, internamente, uma armação de madeira ou bambu, que estruturam as paredes, é coberta por uma capa de tecido durável e impermeável. O teto é ligeiramente abobadado, possuindo apenas um cômodo.

estão em construção. Os demais residem em instalações da comunidade. A ocupação de uma residência individual, em vez da moradia em alojamento coletivo, tem um único critério: quem está a mais tempo na comunidade tem preferência na ocupação dessas residências. Os custos são divididos igualmente, independentemente do tipo de residência que ocupe.

A visão da Ecovila é apresentada em quatro perspectivas, conforme o Quadro 1. O principal guia normativo da comunidade chama-se “Acordos da Ecovila”. O documento expressa os acordos estabelecidos entre os moradores sobre todas as questões que envolvem o funcionamento da comunidade, discorrendo sobre: acordos e regras de convivência e de uso dos espaços; desenho social estabelecendo as condições de associação ao instituto, processos de integração e desintegração, estrutura política (reuniões de decisão) e as rotinas da comunidade; desenho econômico, tratando dos custos financeiros e das condições de remuneração do trabalho comunitário; desenho de terrenos e casa, abordando as condições de ocupação e construções na área da comunidade.

A criação ou alteração dos acordos é discutida nas reuniões internas de partilha, toda terça-feira às 18 horas. Somente sócios efetivos participam e as decisões devem ser consensuais. Excepcionalmente, quando não há consenso, decide-se por maioria: cada membro um voto. Sócios colaboradores podem participar da reunião, mas não têm direito à fala nem ao voto. Nenhum integrante trabalha regularmente fora da comunidade. Os valores recebidos por cada um são proporcionais à quantidade de horas de trabalho comunitário – autodeclaradas por cada membro, pois não são utilizadas ferramentas de supervisão e controle. A hora/trabalho de todos têm exatamente o mesmo valor, independentemente da função. A rotina é de cinco horas de trabalho comunitário de manhã, mais uma hora para o preparo de refeições ou reuniões. As tardes são livres. Café da manhã e almoço são refeições coletivas, no jantar cada um é responsável por sua própria comida, podendo utilizar a despensa comunitária ou particular.

Quadro 1: As quatro dimensões da sustentabilidade na Ecovila	
Social	Nossas decisões são tomadas em conjunto – no grande grupo ou em grupos menores empoderados para tal, dividindo poder e responsabilidades. A vontade de trabalhar a nós mesmos, resolver conflitos, melhorar enquanto pessoas e em nossas relações fazem de nós uma comunidade. Para tanto, utilizamos ferramentas sociais e buscamos uma comunicação cada vez mais enriquecedora de vida.
Ecologia	A infraestrutura da Ecovila segue seu projeto-planejamento permacultural (em construção) que inclui hortas e agrofloresta, alojamento coletivo, cozinha e refeitório comunitários, espaço social e espiritual, ateliês, galpões e oficinas, espaço para as crianças, lotes de uso particular, familiar e coletivo, entre outros.
Economia	A economia da Ecovila é baseada em ecoempreendimentos comunitários e individuais, que gerem trabalho prazeroso e sejam éticos do ponto de vista ecológico e social. Alguns exemplos de atividades econômicas de grande potencial: educação, música, produção agrícola e florestal, comunicação, artesanato, terapias, entre outros. A comunidade dá importância à constante educação econômica de seus membros, visando multiplicar em nossa rede a prática do consumo consciente e da economia solidária.
Cultura & Espiritualidade	Nossa comunidade celebra ritualmente os ciclos naturais e os pequenos ritos de nossa vida comunitária, procurando viver o sagrado de cada momento. Vivemos nossa espiritualidade coerente a todo instante, em todas as nossas ações. A Arca é um espaço para práticas espirituais coletivas, sociais, artísticas e festivas. Cada membro tem também liberdade plena para seguir seu caminho espiritual pessoal e individual, com o respeito de todos.

Fonte: *website* Ecovila

A distribuição das tarefas semanais é realizada às terças-feiras, após o café da manhã. A reunião é conduzida por um membro da comunidade, escolhido na ocasião. Primeiramente verifica-se o atendimento das demandas registradas na semana anterior, seguidas das novas demandas acrescentadas à lista de tarefas. Por fim, os membros se voluntariam para a execução das tarefas listadas. Contratação de mão de obra externa só em último caso e aprovada em reunião. Três quadros pendurados na cozinha estampam a agenda de atividades. As informações contemplam demandas pontuais apresentadas na reunião, serviços de manutenção e projetos em andamento, e rotinas semanais. O calendário de eventos fica também exposto – cursos, reuniões, celebrações e datas de aniversário. Há também a organização do mutirão de limpeza realizado às sextas-feiras.

O processo de integração de novos membros exige a vivência mínima de 21 dias que – geralmente – ocorre pelo programa de voluntariado. O voluntário deve cumprir a rotina de trabalho comunitário e pagar os valores diários combinados para cobrir despesas de hospedagem e alimentação. Todo novo sócio escolhem um padrinho, dentre os sócios efetivos, para auxiliar o processo de integração. Para se tornar sócio colaborador, é necessária aprovação unânime de todos e o pagamento de uma joia de R\$ 500,00. O sócio torna-se efetivo depois de uma vivência mínima de seis meses, quando se espera que tenha obtido conhecimentos sobre permacultura, comunicação não violenta e ferramentas sociais, além de disposição para assumir responsabilidades e comprometimento de longo prazo. A Ecovila conta com 20 membros adultos (12 homens e oito mulheres) e cinco crianças. Existe grande amplitude etária: dois têm idade superior a 65 anos, três crianças têm menos de dois anos. A origem regional é diversa, um estrangeiro e somente dois naturais do município sede da Ecovila.

COMMUNITAS: INOPERÂNCIA E IMPROPRIEDADE

A concepção negativa, correspondente à *communitas*, nada tem a ver com a sociologia da comunidade com seus laços afetivos, identidade cultural, dependência material, aliança de valores ou interesses. A *communitas* não é uma coisa compartilhada, mas uma falta, uma ferida constitutiva do ser, cuja vida se manifesta na relação com o Outro. A dimensão ontológica anterior à formação de identidades, sugere a experiência da relação – do ser-em-relação – como uma desapropriação do sujeito. Esta figura do *sujeito fora de si* não é algo observável cotidianamente, “o que podemos encontrar neste ‘fora’, ou o que isto pode ser, ninguém hoje é capaz de dizer. De fato, não vemos nem o seu lugar nem o seu tempo” (ESPOSITO, 2010, p. 128).

O cotidiano da Ecovila não parece ser vivenciado por singularidades suspensas sobre seu limite (NANCY, 2016), como sujeitos fora de si mesmos (BLANCHOT, 2013), na sua exterioridade nua (ESPOSITO, 2010). Tampouco identifica-se um ambiente pasteurizado, homogêneo ou como nas perspectivas que opõem liberdade e segurança, reproduzindo a lógica do sacrifício (BAUMAN, 2003). A saída do meio urbano tem o sentido de uma “retirada”, como uma figura invertida do retirante nordestino.

Na Ecovila, observou-se menos a apropriação de uma nova identidade do que a contínua negação e desvinculação de identidades convencionadas, num processo experienciado singularmente. Uma identificação do que não se é, que assume imediata relação com um “não fazer”, parece ter precedência em relação às possibilidades de posituação de um projeto de recuperação ecológica ou de um modo de vida romântico. A discussão das

dimensões cotidianas da Ecovila serão aqui embaladas por dois conceitos fundamentais da concepção de *communitas*: *inoperância* e *impropriedade*. Como forma de ilustrar as dimensões conceptuais serão reproduzidos trechos das entrevistas, ainda que os trechos sejam eventualmente longos, porque pareceu necessário franquear as expressões dos modos como se experienciam a forma de vida da *communitas*.

Inoperância

A Ecovila existe há aproximadamente dez anos, no entanto, apenas uma pessoa do grupo original permanece. O grupo atual de quinze sócios efetivos delibera sobre todas as questões, a cada um corresponde um voto. Da dinâmica de trânsito, aliada ao poder deliberativo dos participantes, emerge uma exposição à alteridade. O principal documento normativo da comunidade, *Arcordo da Ecovila*, está constantemente em mudança. A versão cedida para o pesquisador 1 (oferecida espontaneamente após uma entrevista) data de outubro de 2015, e foi entregue sob aviso de que diversos itens haviam sofrido alteração. Outros três integrantes advertiam o pesquisador, quando tomavam conhecimento da análise do documento para a pesquisa. No próprio Acordo, é possível observar diversas datas de alteração, principalmente nas cláusulas sobre formas de participação, condições de associação, custos financeiros e remuneração pelo trabalho comunitário.

Conforme o relato de um dos membros, inicialmente tinha-se o entendimento de que o pré-requisito para integração seria a identificação com os valores e a visão de mundo da Permacultura. Não haveria sentido para a integração de alguém que não compartilhasse esta visão de mundo. Esta é uma semântica política das concepções ideais que, por estarem relacionadas com uma essência humana, deveriam ser postas em prática. A inoperância vem justamente para romper com a noção de essência humana que fornece um destino comum, designando um referente universal que orienta a teleologia dos sujeitos políticos. A inoperância compareceria no limiar, instância em que o ser se apresentaria *tal-qual-é*, nas relações, sem estar referido a um quadro de pertencimento, nas categorias que o produziriam como coisa. Para Nancy (2016), pensar o “político”, nesse prisma, exigiria que este não fosse assumido projeto ou obra. A política deveria manter aberto o espaço necessário à coexistência, inscreveria a partilha, “uma comunidade fazendo conscientemente a experiência da partilha”, o que, na verdade, já pressupõe estar engajado nesta experiência, não dependendo de uma “vontade política” (NANCY, 2016, p. 75).

Esposito (2010) centra fogo na oposição entre *immunitas* e *communitas*, que lhe parece fulcral na filosofia política moderna. Soberania é sacrifício das relações entre sujeitos, que instaura o medo de que a exposição às relações possa ameaçar sua existência. Se a relação entre os homens é, por si só, destrutiva, a via de fuga seria a destruição da própria relação. Assim, os sujeitos de um soberano seriam aqueles que não têm nada em comum, tudo estaria dividido entre “meu” e “seu”: uma divisão sem compartilhamento. Esta divisão os imunizaria do risco de morte contido no contágio comunitário (ESPOSITO, 2010, p. 28). A passagem da dádiva à lei opera uma subtração do que é solidário, dando início à lógica de sacrifício da convivência, imunizando o sujeito do medo.

As relações na Ecovila, contudo, parecem estar mais próximas da inoperância do que das posições políticas tradicionais. As condições de vinculação de pessoas à comunidade, por exemplo, assumem características heterogêneas, ou como um processo de contínua ressignificação da norma, não como forma de concentração de poder, aquisição de

privilégios, mas como relação entre o contingentemente necessário e o necessariamente contingente.

Entrevistada(o) 1: Antes tinha muito, eu diria, um fundamentalismo permacultural [... que] seria a cola da comunidade. E uma pessoa que não fosse, que não adorasse a permacultura, não faria sentido estar aqui. Eu venho batendo de frente com isso, e acredito que isso tem mudado... Então eu acho que hoje em dia está mais equilibrado, no sentido de não dar tanto valor para esse fundamentalismo. E enxergar o que para mim é o mais importante, que são os relacionamentos e a vida em comunidade.

Nesse sentido, poderíamos pensar que a “lei” de identificação com valores e visão da Ecovila não prescreveria nada, senão a sua própria desobediência. Como espaço que se propõe a “criar um terreno fértil para que a natureza seja plena em sua abundância”, a regra não prescreveria algo que fosse apropriável, mas a sua inoperância.

Entrevistada(o) 3: O viver permacultural, o que é isso? Tu vai estabelecer alguns padrões. Mas se tu for perguntar aqui dentro, muitos não têm muita afinidade com a questão de agrofloresta, mas sim de conservação, e é isso que move eles. Eles não têm interesse em aprender coisas que envolvam o manejo ou plantio, e muitas vezes são até contrários a isso, a manejar o mato e tudo. Então têm visões muito diferentes aqui dentro. E isso é bem interessante porque não deixa de fazer parte da permacultura. Porque no momento em que se começa a restringir, e a achar que todos têm que pensar igual, é contra a permacultura.

A narrativa de alguns membros sobre como se deu sua aproximação com a Ecovila, é possível observar modos de significação bastante diversos sobre a vida no lugar. Os relatos apontam a aproximação por uma negação de submissão a uma lógica se fecha às experiências de certas possibilidades. Nesse sentido, o espaço da Ecovila apareceria como um significante indeterminado, aberto a compor formas de unidade, sem figura, capaz de agenciar diferentes projeções, sem que os circuitos de implicações assumam formas hierárquicas.

Entrevistada(o) 2: Então, tem esse grande motivo de não me contentar com o mundo lá fora, esse mundo de competição já não fazia sentido para mim. Na Ecovila encontrei algo que é totalmente o contrário disso. Não que seja um lugar perfeito, uma comunidade perfeita. Mas eu encontrei um lugar onde eu consegui me explorar como indivíduo e também como comunidade, aprender a se relacionar com as pessoas, aprender a dividir, aprender a compartilhar.

Entrevistada(o) 3: o primeiro atrativo foi encontrar pessoas que tivessem esse olhar para a sustentabilidade na prática. Vivendo isso e trazendo isso para o dia a dia, seja na alimentação, seja na moradia. A gente percebe que aqui existe um âmbito ecológico, mas também social, porque o pessoal tem uma dinâmica de reuniões, de tratar as coisas no coletivo. Mas antes de a gente conhecer, o que atraiu mesmo foi essa questão da sustentabilidade acontecendo na prática.

Entrevistada(o) 5: Eu tinha vontade de voltar ao Município, que eu havia conhecido quando era jovem. E descobri que havia a Ecovila. Então o meu enfoque não foi querer achar uma comunidade onde eu pudesse passar um tempo. No Rio, eu morava na casa de um amigo, onde eu morei esses trinta anos. Que não me cobrava nada, eu tinha onde morar. Era uma casa em obra. Eu cuidava de uma casa em um lugar muito bom, com clima bom. Então, nada estava me expulsando de lá. Eu poderia continuar lá indefinidamente... Mas tinha essa atração por aqui. E, casualmente, tinha uma comunidade que poderia me abrigar para uma eventual viagem de bicicleta.

Entrevistada(o) 1: Acho que a razão para eu buscar algo diferente é o desajuste social. Eu tinha um problema grave de depressão, e não conseguia me encaixar na sociedade, normalmente. Então eu ficava buscando coisas alternativas, coisas diferentes, porque lá eu não funcionava. Então tem um elemento de fuga da sociedade normal. E ao mesmo tempo de busca de algo melhor também. E o que eu mais gosto aqui na Ecovila é a questão de não ter hierarquia, não ter ninguém que é o dono e nem que manda. É a vida em comunidade mesmo.

Entrevistada(o) 6: O que me trouxe aqui foi um apaixonamento, um encantamento, pela possibilidade de viver de acordo com princípios que eu encontrei na permacultura... Eu me sentia mais inserida, mais integrada e menos direcionada. Porque a gente vem para o mundo e a gente tem que cumprir um *script* de fazer escolhas decisivas para a tua vida, profissão... e eu nunca consegui me inserir nesse *script*. E na permacultura eu vi que as possibilidades são muito mais abertas.

A Ecovila não pressupõe papéis fixos ou rígidos sob os quais os sujeitos atuam. Mesmo que cada pessoa possa ter mais desenvoltura e disposição para a execução de determinadas tarefas, a realização de funções independe de identidades profissionais, deixando espaço para que as pessoas explorem suas possibilidades e encontrem afinidades. A regra – nesse caso – não se apresenta como um mecanismo de imunização que defende e protege os sujeitos, mas os expõe a suas interrelações.

Se, por um lado, esta convivência oferece o benefício do não enclausuramento dos sujeitos em identidades, por outro lado, apresenta-se como um desafio à operacionalização do trabalho, expondo o conflito entre expectativas de produção, necessidades materiais e efeitos, ou resultados, constatáveis.

Entrevistada(o) 6: A gente está muito em uma sociedade de controle né. Em diversos níveis. E a gente traz esse padrão de controle aqui pra dentro, mas quando tenta projetar ele nas pessoas e na comunidade, ou até mesmo na natureza, tu encontra uma grande fonte de sofrimento (...). Às vezes tu tem que esperar as coisas acontecerem porque precisa gerar afetação no nível coletivo. E para quem tem necessidade de controle isso é uma grande fonte de sofrimento... E eu estou falando a partir da minha experiência pessoal. E eu vejo outras pessoas passando por esse processo (...). Tem que ter muito desapego, e abrir um espaço grande dentro de ti para o experimentalismo. E o experimentalismo inclui experiências que não dão certo. O não dar certo também é relativo, né? Eu diria que isso é o que eu mais estou aprendendo aqui dentro. Não existe, por exemplo, uma liderança que é colocada. Existe uma liderança que é reconhecida. Por exemplo, tu faz uma coisa que a comunidade ou o espaço se beneficia, tu faz isso muito bem, tu empodera outras pessoas. Então isso te torna uma liderança no que tu faz. Mas tu ter uma posição de líder, na qual tu sujeita outras pessoas a decisões tuas, isso não é uma coisa que se deseja aqui dentro. Por isso, a gente fala em governança circular, em que as decisões são tomadas por todos. E isso é algo supercomplexo. Porque ideologicamente todo mundo decidir junto às coisas é muito legal, é muito bonito. Mas na prática tem pessoas que tomam decisões muito facilmente, e tem pessoas que se sujeitam a coisas colocadas muito facilmente. Então é um exercício. Quando tu está em um lugar onde tu tem uma tendência muito grande a decidir coisas, tu tem que te mudar, tem que desacomodar. Quando tu está em posição que tu quer que outros decidam por ti, que tu não quer ter que refletir sobre determinado tema, porque ele é polêmico, ou porque ele envolve que tu se exponha. Tu também vai ter que te desacomodar. Então, muitas vezes, é como andar numa areia movediça. Não é uma coisa muito óbvia. É uma fonte de grande aprendizado.

Essa dinâmica na realização de funções, com espaço para que as pessoas se experimentem, sem que a organização do trabalho assuma uma padronização e normatização – que exigiria dos sujeitos um comprometimento com formas convencionadas de comportamento – não é experienciada sem conflitos, tampouco existe consenso sobre esta ser a melhor forma de execução do trabalho. Em diversas ocasiões, foi possível observar os conflitos advindos dessa abertura que expõe às diferenças. Mesmo que a comunidade procure desenvolver ferramentas e técnicas para lidar com os conflitos, elas não assumem um sentido burocrático, definindo formas legítimas de expressão dos sentimentos negativos. As queixas tanto assumem a forma de uma confrontação direta, quanto são levadas para serem trabalhadas nas reuniões com todo o grupo. Por vezes, o conflito foi demonstrado na forma de irritação e intervenção imediata na excussão do trabalho, outras vezes o conflito era evidenciado pela expressão de um profundo despotamento e afastamento de certos membros do grupo.

Aceitar que são possíveis diferentes formas de compreender e realizar as demandas e propósitos da comunidade – sem que isso implique uma hierarquização valorativa – apresenta-se como um contínuo desafio de ressignificação de parâmetros e um duro exercício de negociação entre a satisfação de necessidades e a aceitação de resultados não coincidentes com a expectativa de alguns, mas expressão da singularidade de outros.

Entrevistada(o) 2: Eu penso totalmente diferente em vários assuntos do que outras pessoas daqui. E mesmo assim a gente consegue conviver e ter coisas em comum. E colocar foco nessas coisas que a gente combina para tocar adiante. Mas não é fácil fazer isso. É bem desafiante. A gente tem que sair da nossa zona de conforto. Porque a gente está acostumado a não se expor. A se esconder. A não colocar para fora, a não ser transparente com as pessoas. A não resolver as coisas diretamente. E para a comunidade dar certo, que é outro assunto, mas vendo a questão da Ecovila, tem que ter isso, a gente tem que se expor. Tem que se abrir (...). Muitas vezes dá vontade de ser escravo um pouco de novo, de só obedecer a alguém, não perguntar nada, não questionar nada, só fazer alguma coisa. Porque aqui é um processo de muita descoberta, tem que estar com um propósito muito forte de manter aquilo (...). É mais fácil obedecer, não se descobrir e etc. Então é um processo diário, cotidiano de esforço para a gente conseguir viver em comunidade. Porque a gente foi moldado desde pequeno para viver individualmente.

Assim, é possível perceber uma certa homologia de sentido na experiência comunitária da Ecovila e a caracterização da comunidade enquanto inoperante, que, mesmo sendo obra, não operaria um sentido único, não buscaria o reconhecimento, não realizaria um projeto. Quando Nancy (2016, p. 74) explica que a exposição à comunidade tem um preço erótico ou fascista, pois supõe obras, “mas o que se inscreve (...), se expõe e se comunica, o que se partilha é a inoperância das obras”. É possível compreender que não se trata de encontrar uma forma objetiva de figuração da comunidade, tampouco de escondê-la em uma dimensão transcendental como nos modelos teológicos; trata-se de conceber os aspectos relacionais na própria abertura. Não seria simplesmente o caso de conceber uma nova estrutura, ou negar toda forma de estrutura (que seria outra forma de fazer valer sua vigência), mas de continuamente expô-la, a fim de rendê-la inoperante.

Impropriedade

Para Agamben (2013), a impropriedade é relacionada com manifestações que representam um desafio à comunicação, moralidade e modos de vida que não estão subordinados à

política e ética modernas. A impropriedade – nesse sentido – poderia ser relacionada com o declínio econômico vivido pelas pessoas que decidem abrir mão da construção de uma identidade profissional, comercializável no mercado capitalista, para poder experimentar relações que são excluídas ou suprimidas por essa estrutura social.

A integração à Ecovila – muitas vezes – é vivenciada como uma forma de automarginalização, em que pessoas abandonam uma condição econômica que lhes garantiria certo poder aquisitivo – e, portanto, alguma segurança social – para assumir uma vida com condições econômicas inferiores àquela, mas que se apresentaria como uma possibilidade de experimentar algo diferente das possibilidades dentro da cultura dominante. Estabelecem – com isso – uma relação bastante imprópria entre rebaixamento das condições econômicas e melhores perspectivas de vida.

Entrevistada(o) 3: Eu tive uma crise bem grande no trabalho logo que eu conheci aqui e conheci outras comunidades. Por perceber que era esse o tipo de vida que eu queria, mas, ao mesmo tempo, como abrir mão de tudo? Porque eu cheguei num ponto em que eu estou ganhando o salário máximo que eu posso conseguir dentro da minha formação. Sendo concursada, tendo mestrado, em um emprego federal e tudo. Mas percebendo a forma de vida que as pessoas que estão na instituição têm e como elas conduzem as coisas. Na época eu não tinha filhos, mas eu pensava se quando eu tivesse uma família e tivesse filhos se era aquela vida que eles têm que eu queria ter. Mas eu sabia que não bastava eu ficar só pensando em que tipo de vida eu queria passar para eles. Eu tinha que realmente viver aquilo. Não bastava esses princípios que eu achava importante, relacionais, tanto com o ambiente como entre as pessoas. Só tentar ensinar para os filhos. Porque, na real, eu precisava aprender né? Porque a gente escreve e lê, e pensa que sabe. Então eu entrei nesse processo de busca, que me levou a uma crise muito grande. Eu cheguei a ficar de atestado de saúde por uns seis meses do trabalho. E pensando mesmo que eu não queria estar fazendo aquilo, que eu não queria aquela vida para mim. Então eu vim fazer o voluntariado aqui.

Além de perda de poder econômico, ao se somarem a um movimento de contracultura, as pessoas dificilmente encontram suporte entre seus amigos e familiares. Ao contrário, frequentemente acabam tendo que enfrentar a desaprovação de seu comportamento e lidar com o distanciamento das pessoas que não aceitam essa decisão, levando-as a uma forma de automarginalização não apenas econômica, mas também social. Essa questão é frequentemente apontada como uma das dificuldades enfrentadas ao assumir esse estilo de vida:

Entrevistada(o) 2: Eu já conhecia via Facebook e internet. E acho que eu nunca tinha vindo também por um pouco de resistência, porque a própria Ecovila tem muita resistência na cidade. Tinha mais ainda do que tem hoje, de preconceito, aqueles loucos lá do meio do mato, aqueles hippies e etc.

Entrevistada(o) 5: Eu tenho três filhas. Duas aqui no Rio Grande do Sul, e uma no Rio de Janeiro. Mas nenhuma delas têm essa visão alternativa. Elas são formais, são casadas, têm filhos, têm a vida delas. E elas ficam nisso. E, por incrível que pareça, eu tenho uma cunhada em Canela, esposa de um irmão que eu perdi, é falecido, e também têm três filhos. E os três têm essa coisa alternativa. Então, eu estou mais próximo de trazer esses meus sobrinhos, quer dizer, convidar, quando eu tiver um lugar. Ou mesmo agora. Eles têm mais probabilidade de aceitar essa ideia do que os meus filhos.

Tanto em Nancy (2016) como em Blanchot (2013), a questão da impropriedade se relaciona com a abertura do sujeito. A comunidade compareceria na partilha entre

existências singulares, cuja relação não é nem uma comunhão nem a apropriação de objetos, nem a comunicação que se daria entre sujeitos, mas seres singulares constituídos pela partilha. O sujeito deste evento – a exposição à comunidade – é tão extensamente desconfigurado que não poderia reconhecer nenhuma forma de apropriação para “si mesmo” (descaracterizando o “sujeito” da ação, como poderia esta ser realizada?). A descrição da *communitas* de Esposito (2010) difere das descrições tradicionais de comunidade porque seus conceitos não são derivados da figura do próprio, a participação na *communitas* prescinde da reivindicação de proprietários sobre sua comunalidade.

A impropriedade é utilizada na contraposição de *ser e ter* – neste sentido, a obra de Nancy se distingue da obra de Esposito. Enquanto Nancy foca no *cum*, ou ser-com, evidenciando a impossibilidade do pôr-se em obra de uma essência, Esposito chama atenção para o *mínus*, ou ser-em-débito, cujo *ethos* não depende da criação ou legitimação de relações de pertencimento ou modos de apropriação, mas ao contrário, assumindo uma ontologia negativa, caracterizando o humano como ser constituído por uma falta, poderíamos apenas deduzir um *ethos* que expressa-se uma dívida impagável.

Entrar em relação de forma não apropriativa – contudo – não seria possível na condição identitária do sujeito. A experiência de ser-em-relação apenas seria possível por uma abertura na substancialidade do sujeito, através de um movimento do sujeito para fora de si, no abandono de um em-si-mesmo. Em Heidegger², o ser-para-a-morte fornece um desafio fundamental para o “*homo apropriador*”, seu confronto com a finitude, como antecipação da mais própria de todas as possibilidades, abriria a presença para entrar em relações de caráter não apropriativo (BIRD, 2016, p. 39).

Esposito (2010, p. 9) afirma que a tradição da filosofia política parece ter intuído – desde sempre – a questão da comunidade limitada à morte, de tal forma que – de Platão à Maquiavel, por diferentes que sejam – é sempre possível encontrar uma negociação na equação entre a morte e a comunidade; contudo, sempre no sentido de justificar o adiamento do dom da vida ao insuportável raptado do medo da morte. Tanto a antecipação da morte quanto o adiamento da vida colocariam o sujeito em posição de abrir mão de si, seja em favor de sua preservação como indivíduo (como em Hobbes), seja pela experiência da verdade do ser (como em Heidegger). No entanto, o resultado final apontaria para um modelo autoritário de comunidade que exige que os sujeitos se sacrifiquem em nome de um “bem maior”. Para escapar à lógica do sacrifício, seria preciso assumir uma hermenêutica que leve a ética para além da dialética entre morte e sobrevivência.

Esposito (2010, p. 126) propõe que a única forma de superar a lógica do sacrifício não seria negando-a por meio de uma espiritualização que reproduzisse sua dinâmica, tomando-a como um meio doloroso para a realização de um propósito final, a sobrevivência eterna, mas assumindo-a como propósito em si, despojado de toda instrumentalidade, um sacrifício de perda, que perde e se perde sem ganhar nada. A comunidade seria o que confronta o sujeito com a sua finitude, o que o apresenta ao seu nascimento e morte, sua existência fora de si mesmo. O que não significa que sua existência esteja revestida na ou pela comunidade, como outro sujeito posto em seu lugar. “*A comunidade não assume o lugar da finitude que ela expõe. Ela é ela mesma, em suma, tão somente essa exposição*” (NANCY, 2016, p. 58).

² HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Editora Universitária São Francisco, 2007. p. 342.

É nesse ponto em que o impróprio e o inoperante estão inter-relacionados, o que levaria o ser para além de sua finitude é obra, como objeto próprio, que carrega em si uma essencialidade do ser que a originou. O ser exposto à finitude não mais se apropria das relações como possibilidade de prolongamento de sua existência: ele apenas existe como *ser-finito*.

Na Ecovila, propriedade, em suas múltiplas dimensões (moral, identitária e econômica), não é vivenciada de forma dogmática; seus conflitos e contradições são continuamente expostos ao debate e ao questionamento. As delimitações entre o que é de uso comum e de uso privado – por exemplo – estão constantemente em negociação.

Entrevistado(a) 2: Eu acredito que a Ecovila é feita pelas pessoas que moram nela, então o que é comum e o que é particular vai sendo estabelecido pelas pessoas que estão vivendo aqui. Algumas coisas que eram comuns antes já não são mais, outras coisas que eram privadas podem se tornar comuns. Apenas duas pessoas moram aqui há mais de cinco anos, então os acordos mudam muito. Por isso é tão importante que todos os membros sejam igualmente ouvidos e que o meu voto, mesmo estando há pouco tempo aqui, tenha o mesmo peso do voto do Leandro, que está desde o início.

Enquanto algumas pessoas parecem tensionar para mais privatização, controle e responsabilização individual de espaços, outros tentam reafirmar a necessidade do abandono da *propriedade* como intermediação/interdição das relações.

Entrevistado 2: Eu gosto que algumas coisas sejam comuns e de trabalhar em comunidade, mas também gosto de ter minha privacidade. Gosto de ir para minha casa, poder, às vezes, cozinhar só para mim, de ter o meu espaço. Eu não gostaria de morar em uma casa coletiva.

Entrevistado 7: Para mim, comunidade é tentar acabar com a ilusão de separação do ser humano. É um passo singelo e humilde para tentar refletir a unidade do cosmos. Aqui na Ecovila tem isso um pouco, as pessoas têm esse conceito, essa ideia de unidade. Mas, para mim, não está muito amadurecida a questão de comunidade aqui (...). Ainda tem sentimento de injustiça, de que uma pessoa foi mais favorecida que outra. Tem as coisas humanas né. Tem bastante padrão de lá de fora. Mas elas estão buscando alguma coisa. Tem pessoas que buscam mais estar em uma comunidade em que o individualismo tem mais de peso. E é por isso que a gente tem terreno particular, porque se a gente realmente fosse uma comunidade, a gente não teria terreno particular. Seria um terreno único, da comunidade, em que todo mundo se ajudaria. Mas não, as pessoas aqui dividiram lotes, venderam, então é um condomínio comunidade digamos. Mas se continuar nesse impulso de venda de lote, de que cada um dá o seu jeito de construir a sua casa. Só de ter que ter grana para vir para cá já é um pouco limitante para a comunidade, porque, enfim né, favorece o individualismo.

Na Ecovila, a regulamentação das formas de propriedade da comunidade advém da associação, que detém o direito de propriedade sobre todo território da Ecovila. A propriedade territorial individual não pode ser repassada hereditariamente nem pode ser negociada livremente. O conjunto dos membros possui ingerência tanto sobre as formas de apropriação dos espaços, quanto sobre os modos de ocupação, assim a aquisição de propriedade não imuniza o indivíduo em relação ao grupo. No entanto, essa subtração da propriedade individual não é realizada como uma interrupção do mecanismo de propriedade, mas se dá em favor da propriedade e soberania da associação. Essa dinâmica estaria mais próxima do modelo de distribuição de propriedade na *Gemeinschaft*

Tonniesiana do que das propostas de interrupção dos mecanismos de propriedade dos autores contemporâneos.

Na Ecovila, a propriedade ainda opera como uma garantia de soberania e delimitação da comunidade. A inclusão na associação, como sujeito pertencente ao conjunto de proprietários, é o mecanismo que determina as condições de participação na comunidade. Cabe referir que processo de integração na associação – muitas vezes – é experienciado como uma forma de automarginalização, um abandono de diversas propriedades (em suas diferentes formas), que caracterizavam sua identidade de sujeito engajado na cultura dominante, sem que isso seja feito em favor de novas propriedades, mas como abertura das possibilidades de *ser-em-comum*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma frequente crítica às Ecovilas é de ser um movimento classe média. Mas, e se estivermos percebendo um movimento de dissidência do capitalismo como veículo de prosperidade, que tem origem num grupo não exposto à precariedade! Poderíamos indagar o que os mobiliza? Que razões os fariam buscar alternativas? Seria possível estabelecer interlocuções esses dissidentes da classe média e movimentos populares? A exclusão permite o reconhecimento das transformações do conteúdo social independentemente das instituições. Existe educação sem escola, trabalho sem profissão, regras sem Estado e economia sem mercado.

Como se manifestassem um conhecimento tácito de que a organização social, convencionalizada e legitimada em suas instituições, representa um sistema de dominação do qual intencionam se desvincular. A liminaridade nesse sentido não representa apenas um interstício em que um sujeito ou grupo atravessam para adquirir novos conhecimentos, elaborar novos sentidos para seu cotidiano, ou entram em uma intensa situação de conflito por ter que suprir demandas de papéis diferentes, conciliar regimes de justificação concorrentes ou por falta de reconhecimento (invisibilidade) por parte dos agentes institucionais. Mas representa principalmente uma posição política em relação a uma estrutura de dominação. Assim, o que estaria em questão não seria sua capacidade de produzir inovações e soluções criativas para os problemas das organizações que produzem e reproduzem as formas de dominação que gozam de legitimidade na cultura dominante, mas uma posição estratégica para o engajamento ativo em uma oposição política, bem como uma abertura para a constituição de novas idioculturas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **A Comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- ECOVILA. Disponível em: <http://www.arcEcovilaerde.org/new/about>. Acesso em: 8 de mar. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BIRD, Greg. **Containing Community: from political economy to ontology** in Agamben, Esposito, and Nancy. Albany: State University of New York Press, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. **A Comunidade Inconfessável**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2013.

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CONROY, Samantha; O'LEARY-KELLY, Anne. Letting Go and Moving On: work-related identity loss and recovery. **Academy of Management Review**, Vol. 39, No. 1, 2014.
- ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: The origin and destiny of community. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- FARIAS, Carine. Money is the Root of All Evil – Or Is It? Recreating Culture through Everyday Neutralizing Practices. **Organization Studies**, Vol. 38(6), 2017.
- FARIAS, Carine. That's What Friends Are For: Hospitality and affective bonds fostering collective empowerment in an intentional Community. **Organization Studies**, 2016.
- FOSTER, Lawrence. Between Two Worlds: Community, Liminality, and the Development of Alternative Marriage Systems. In: BROWN, Susan Love. **Intentional Community**: An Anthropological Perspective. New York: State University of New York Press, 2002.
- FOTOPOULOS, Takis. The Limitation of Life-Style Strategies: The Ecovillage Movement is not a way towards a new democratic Society. **Democracy & Nature**, vol. 6, nº 2, 2000.
- FOTOPOULOS, Takis. The Transition to an Alternative Society: The Ecovillage Movement, The Simpler Way, and the Inclusive Democracy Project. **Democracy & Nature**, vol. 8, nº 1, 2002.
- JAMESON, Fredric. **Postmodernism and consumer society**. The anti-aesthetic. Port Townsend, WA: Bay Press, 1983.
- JOHNSEN, Christian Garmann; SØRENSEN, Bent Meier. 'It's capitalism on coke!': From temporary to permanent liminality in organization studies. **Culture and Organization**, Vol. 21, No. 4, 2015.
- KAMAU, Lucy Jayne. Liminality, Communitas, Charisma, and Community. In: BROWN, Susan Love. **Intentional Community**: An Anthropological Perspective. New York: State University of New York Press, 2002.
- MEIRA, Fabio Bittencourt. Liminal Organization: Organizational Emergence within Solidary Economy in Brazil. **Organization**, Vol. 21, 2014.
- NANCY, Jean-Luc. **A Comunidade Inoperada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- RENFRO-SARGENT, Matthew. The Borderlands of Communalism: Refugee Camps, Intentional Communities, and Liminality. In: BROWN, Susan Love. **Intentional Community**: An Anthropological Perspective. New York: State University of New York Press, 2002.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- TANSLEY, Carole; TIETZE, Susanne. Rites of passage through talent management progression stages: an identity work perspective. **The International Journal of Human Resource Management**, Vol. 24, No. 9, 2013.
- THOMPSON, Mark. Ontological shift or ontological drift? Reality claims, epistemological frameworks, and theory generation in Organization Studies. **Academy of Management Review**. Vol. 36, nº 4, 2001.
- TREINER, Ted. Where are we, Where do we want to be, How do we get there? **Democracy & Nature**, vol. 6, nº 2, 2000.
- TREINER, Ted. Debating the Significance of the Global Ecovillage Movement: A reply to Takis Fotopoulos. **Democracy & Nature**, vol. 8, nº 1, 2002.
- TURNER, V. W. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974a.

TURNER, V. W. **Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society.** Ithaca: Cornell University Press, 1974b.

TURNER, V. W. **The ritual process.** Ithaca, New York: Cornell U. Press, 1969.

VAN GENNEP, Arnold. **Les Rites de Passage.** Paris: Éditions A. et J. Picard, 1981 [1908].